



Às nove horas do dia dezoito de novembro de dois mil e quinze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocada a Conselheira Substituta **MÁRCIA COSTA** para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72, do Regimento Interno desta Corte. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 072/2015. Antes da apreciação da pauta de julgamentos, o Conselheiro Cezar Colares registrou, com muita satisfação, a presença em Plenário dos alunos de graduação dos cursos de ciências contábeis, administração, direito e economia, da Faculdade Ideal - FACI, ocasião em que congratulou e deu boas vindas aos visitantes, frisando a importância do programa "TCM de portas abertas", que tem por objetivo promover o conhecimento da classe estudantil de informações, processos e procedimentos relativos as atividades do TCM, com destaque para sua importância social enquanto Instituição de Controle Externo. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 1370012009-00; Prefeitura Municipal de Marituba; Prestação de Contas – 2009 - Contas de Governo**; Responsável: Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto; Instrução: Auditor Alcimar Lobato e 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com aplicação de multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 12.094). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1370012009-00; Prefeitura Municipal de Marituba; Prestação de Contas – 2009 - Contas de Gestão**; Responsável: Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto; Instrução: Auditor Alcimar Lobato e 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multas e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: "*pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares acompanhou a Relatora



quanto a irregularidade das contas, porém atribuiu multa pelas graves irregularidades nos processos licitatórios. Os Conselheiros, Daniel Lavareda, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão acompanharam a Relatora, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.116). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencido o Conselheiro Cezar Colares quanto a aplicação da multa. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 690022011-00; Câmara Municipal de Santa Maria do Pará; Prestação de Contas – 2011;** Responsável: Lucivandro Silva Melo; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Redistribuído do Conselheiro Aloísio Chaves); **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 922212013-00; Fundo Municipal de Saúde de Dom Eliseu; Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Eliana Brunoro Deprá; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.117). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1372132012-00; Fundo Municipal de Saúde de Marituba; Prestação de Contas – 2012;** Responsável: Luana Rodrigues do Couto (01.01 a 11.12.12) e Francisco de Souza Maués (12.12 a 31.12); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.118). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1024092007-00; Fundo Municipal de Educação - FUNDEF de São Geraldo do Araguaia; Prestação de Contas – 2007;** Responsável: Manoel Soares da Costa; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.119). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 733992008-00; Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2008;** Responsável:



81 Raimundo Freire Noronha; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral -
82 Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro
83 Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído do Conselheiro Aloísio Chaves); Publicado no DOE nº
84 33.012, de 16.11.2015. Retirado de pauta. **Processo nº 734152008-00; FUNDEB - Fundo de**
85 **Desenvolvimento e Valorização do Magistério de Santo Antônio do Tauá; Prestação de**
86 **Contas – 2008; Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério**
87 **Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta**
88 **de decisão: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído do Conselheiro Aloísio Chaves);**
89 **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 762752009-**
90 **00; Fundo Municipal de Saúde de São Félix do Xingu; Prestação de Contas – 2009;**
91 **Responsável: Fernanda Cristina R. do Nascimento (período 01.01 a 18.03.09), Cláudia Maria dos**
92 **Santos (Período 19.03 a 25.06.09) e Ires Borges Neves (período 26.06 a 31.12.09); Instrução: 6ª**
93 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado**
94 **para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído do**
95 **Conselheiro Aloísio Chaves); Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Retirado de pauta.
96 **Processo nº 201408266-00; Câmara Municipal de Bannach; Recurso de Revisão** contra a
97 **Decisão do Acórdão nº 22.868, de 16.10.2012; Responsável: Marlene Oliveri Camargo; Instrução: 5ª**
98 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel**
99 **Lavareda; Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o
100 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e
101 provimento parcial do Recurso, com a exclusão da falha referente ao não envio do RGF, porém com
102 a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
103 proferiu seu **VOTO**: *"pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a reforma da decisão para*
104 *excluir a falha referente a não remessa do RGF, e, conseqüentemente, do recolhimento aos cofres públicos,*
105 *mantendo-se, contudo, os demais termos do Acórdão guerreado".* **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia
106 pediu VISTA dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o retorno do processo para
107 manifestação. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201512711-00**
108 **(980022006-00); Câmara Municipal de Parauapebas; Outros – 2006 - Pedido de Revisão**
109 **(Exame de Admissibilidade Recursal); Responsável: Antônio Massud de Sales Pereira; Relator:**
110 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo
111 regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda apresentou ao Plenário sua proposição de admissibilidade
112 do Pedido, nos termos do Art. 269 e seguintes do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em**
113 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, conheceu da decisão
114 do Conselheiro Relator pela admissibilidade do Pedido. Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
115 **Processo nº 201202556-00; Associação do Grupo Indígena Também das Aldeias Sede e**
116 **Ituaçu-Agitasi de Belém; Prestação de Contas do Convênio nº 02/2009, de 01.10.2009,**
117 **firmado com a SESMA/PMB; Responsável: Ednaldo Também; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério**
118 **Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;**
119 **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 201105847-**
120 **00; Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Santarém- APAE; Prestação de**



Contas do Convênio nº 001/2010, celebrado com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém; Responsável: Francimary Leão Dias Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa (Acórdão nº 28.120). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201207600-00; Instituto de Previdência do Município de Breves; Aposentadoria** - Portaria nº 04/2011, de 25.01.2011; Interessada: Maria Catarina Dias da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 28.121). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201216344-00; Instituto de Previdência do Município de Breves; Aposentadoria** - Portaria nº 060/2014, de 17.10.2014; Interessada: Telma Regina Paes da Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.122). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201321415-00; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos de Cachoeira do Arari; Aposentadoria** - Portaria nº 024/2013, de 18.09.2013; Interessada: Maria da Conceição Pereira Meireles; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.123). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201307302-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Soure; Aposentadoria** - Resolução nº 020/2013, de 10.05.2013; Interessado: Vitoriano Soares; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 28.124). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201312121-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Soure; Aposentadoria** - Resolução nº 026/2013, de 22.07.2013; Interessada: Maria Lindimar Gonçalves



161 Nunes; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
162 **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
163 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A
164 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
165 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela negativa de registro do Ato
166 (Acórdão nº 28.125). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201314260-00;**
167 **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Soure; Aposentadoria** - Resolução
168 nº 028/2013, de 20.08.2013; Interessada: Raimunda Nonata Modesto de Abreu; Ministério Público:
169 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.012,**
170 **de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
171 dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.**
172 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
173 **unanimidade,** decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 28.126). Presidência do
174 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201306068-00; Instituto de Previdência do**
175 **Município de Abaetetuba; Aposentadoria** - Portaria nº 026, de 17/04/2013; Interessada:
176 Abigail Mascarenhas Cardoso; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora
177 convocada para apresentar proposta de decisão: Conselheira Substituta Márcia Costa (Redistribuído
178 do Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo
179 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
180 pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Substituta apresentou sua
181 proposta de **Decisão,** ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
182 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.127). Presidência do
183 Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201408514-00; Instituto de Previdência**
184 **do Município de Abaetetuba; Aposentadoria** - Portaria nº 024, de 23/02/2015; Interessada:
185 Maria do Socorro Silva da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora
186 convocada para apresentar proposta de decisão: Conselheira Substituta Márcia Costa (Redistribuído
187 do Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo
188 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
189 pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Substituta apresentou sua
190 proposta de **Decisão,** ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
191 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.128). Presidência do
192 Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201419219-00; Instituto de Previdência do Município**
193 **de Abaetetuba; Aposentadoria** - Portaria nº 067, de 30/04/2015; Interessada: Lídia Maria Lima
194 Pontes; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora convocada para apresentar
195 proposta de decisão: Conselheira Substituta Márcia Costa (Redistribuído do Conselheiro Cezar
196 Colares); **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o
197 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
198 matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Substituta apresentou sua proposta de **Decisão,**
199 ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
200 **unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.129). Presidência do Conselheiro Sérgio



201 Leão. **Processo nº 201505571-00; Instituto de Previdência do Município de**
202 **Abaetetuba; Aposentadoria** - Portaria nº 044, de 30/03/2015; Interessada: Rosenilda Farias
203 Cunha; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora convocada para apresentar
204 proposta de decisão: Conselheira Substituta Márcia Costa (Redistribuído do Conselheiro Cezar
205 Colares); **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o
206 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
207 matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Substituta apresentou sua proposta de **Decisão,**
208 ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
209 **unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.130). Presidência do Conselheiro Sérgio
210 Leão. **Processo nº 201508705-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba;**
211 **Aposentadoria** - Portaria nº 146, de 10/09/2015; Interessada: Francisca Santos Correa; Ministério
212 Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora convocada para apresentar proposta de decisão:
213 Conselheira Substituta Márcia Costa (Redistribuído do Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no**
214 **DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
215 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**
216 **discussão.** A Conselheira Substituta apresentou sua proposta de **Decisão,** ratificada pelo
217 Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo
218 registro do Ato (Acórdão nº 28.131). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº**
219 **201217274-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará; Pensão** -
220 Portaria nº 022/2015, de 04.03.2015; Interessado: Antônio Alves Araújo, Nauan Ribeiro Araújo e
221 Nayara Ribeiro Araújo; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José
222 Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental,
223 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
224 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
225 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº
226 28.132). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201300774-00; Secretaria**
227 **Municipal de Administração de Pacajá; Nomeação** de candidatos aprovados nos Concursos
228 Públicos nºs 01 e 02/2011; Interessado: Gilberto Pereira do Nascimento; Ministério Público:
229 Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora convocada para apresentar proposta de
230 decisão: Conselheira Substituta Márcia Costa (Redistribuído da Conselheira Mara Lúcia); **Publicado**
231 **no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
232 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro parcial do Ato, com exceção do
233 Decreto nº 568/2012, em função de preterição do candidato aprovado em 2º lugar. A matéria foi
234 colocada **em discussão.** A Conselheira Substituta apresentou sua proposta de **Decisão,** ratificada
235 pela Conselheira Relatora. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** pelo
236 registro parcial do Ato, com exceção do Decreto nº 568/2012, em função de preterição do candidato
237 aprovado em 2º lugar (Acórdão nº 28.133). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
238 **201415919-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contrato Temporário de Pessoal e**
239 **Termo Aditivo;** Interessado: Cleisson Souza da Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
240 Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.**



Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 28.134). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201420563-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contratos Temporários de Pessoal e Aditivos**; Interessada: Adriana Cristina Zanato e outros; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro dos Atos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela negativa de registro dos Contratos Temporários e Aditivos celebrados com a Prefeitura Municipal de Parauapebas*". **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro dos Contratos que envolvem a área de saúde. Os Conselheiros, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos Temporários de Pessoal e Aditivos celebrados com a Prefeitura Municipal de Parauapebas para as funções de Vigia, Assistente Social, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Administrador, Auxiliar Administrativo, Psicólogo, Assistente Social, Vigia e Agente de Saneamento; e, **por maioria**, pela negativa de registro dos Contratos de Servidores Temporários de Pessoal e Aditivos celebrados com a Prefeitura Municipal de Parauapebas para as funções de Fisioterapeuta, Técnico de Higiene Dental, Nutricionista, Médico, Técnico de Enfermagem, Biomédico, Médico Veterinário e Farm. Bioquímico (Acórdão nº 28.135). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201501011-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contratos Temporários de Pessoal e Termos Aditivos**; Interessada: Alessandra Nascimento de Oliveira e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro dos Atos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela negativa de registro dos Contratos Temporários e Aditivos celebrados com a Prefeitura Municipal de Parauapebas*". **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro dos Contratos Temporários de Pessoal e Termos Aditivos celebrados com a Prefeitura Municipal de Parauapebas para as funções que envolvem a área de saúde. Os Conselheiros, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos Temporários de Pessoal e Termos Aditivos firmados pela Prefeitura Municipal de Parauapebas para as funções inerentes aos cargos de Auxiliar de Administração, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista e Vigia; e, **por maioria**, pela negativa de registro dos Contratos Temporários de Pessoal e Termos Aditivos de Contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Parauapebas para as funções de Médico, Técnico de Enfermagem e Enfermeiro (Acórdão nº 28.136). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**



201503380-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contratos Temporários de Pessoal; Interessada: Caryne Francielle Rodrigues Neves e outros; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pela negativa de registro dos Contratos Temporários de Pessoal firmados pela Prefeitura Municipal de Parauapebas e Caryne Francielle Rodrigues Neves e outros, para exercerem as funções inerentes aos cargos de Enfermeira e Médico*". **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro dos Contratos. Os Conselheiros, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos Temporários de Pessoal firmados pela Prefeitura Municipal de Parauapebas para as funções inerentes aos cargos de Enfermeira e Médico (Acórdão nº 28.137). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201503454-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contratos Temporários de Pessoal e Termos Aditivos;** Interessado: Phillipe Barbalho Ferreira e Márcia Santana Silva Souza; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 28.138). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201319621-00; Prefeitura Municipal de Redenção do Pará; Contratos Temporários;** Interessado: Arnaldo José Jacinto; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 28.139). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201400159-00; Fundo Municipal de Saúde de Santana do Araguaia; Contratos Temporários de Pessoal;** Interessado: Alcimar de Sousa Santos e outros; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro dos Contratos na área da saúde, e pela negativa de registro dos demais. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, pelo registro dos Contratos Temporários firmados pelo FMS de Santana do Araguaia para as funções de Médico, Enfermeiro, Odontólogo, Fisioterapeuta, Técnico em enfermagem e Técnico de Laboratório; e pela negativa de registro dos Contratos Temporários firmados pelo FMS de Santana do Araguaia para as funções de Vigilante, Auxiliar de Serviços Gerais, Agente de Vigilância,



Assistente Administrativo, Auxiliar de Gestão, Motorista, Eletricista, e Auxiliar de Saúde Bucal (Acórdão nº 28.140). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201504232-00; Câmara Municipal de Concórdia do Pará; Subsídio** - Lei Municipal nº 766/15, de 26.06.15, que reajusta a remuneração dos servidores; Interessado: Bruno Pastana Feio; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.012, de 16.11.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.095). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** Presidência do Conselheiro Cezar Colares. I. Apreciação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica do TCM. O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra e lembrou da Reunião marcada para a próxima terça-feira, após a Sessão Plenária. Em seguida, comunicou aos Conselheiros acerca da contratação da empresa que complementar o desenvolvimento do sistema operacional do processo de prestação eletrônica do TCM, que envolve, naturalmente, a participação do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará - MPCM que, por iniciativa própria, manifestou seu interesse em participar não só do processo eletrônico com seus pareceres, mas com ajuda financeira nesta contratação. Por conta disso, foram feitas algumas reuniões que culminaram com a elaboração de um Convênio entre o TCM e o MPCM, encaminhado para assinatura. Por fim, agradeceu ao MPCM, na pessoa de sua Procuradora Geral, Elisabeth Salame da Silva, o apoio do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, não apenas pelo importe suporte financeiro que permitiu a oportuna contratação da empresa, como também pela pronta oferta, sempre que necessário se fez, nas ações empreendidas pelo Tribunal. A Procuradora Geral de Contas, Elisabeth Salame da Silva, pediu a palavra e agradeceu os Conselheiros e a empresa que inseriram o MPCM no sistema. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e quarenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezenove de novembro de dois mil e quinze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão